

## **UM GOVERNADOR PERDIDO NO MARANHÃO? A ATUAÇÃO DE ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS NUMA CONJUNTURA DELICADA (1655-1656).**

**ÂNGELO EMÍLIO DA SILVA PESSOA\***

Essa comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla, que se propõe a investigar a trajetória de André Vidal de Negreiros, um dos mais destacados personagens nas lutas empreendidas pelos luso-brasileiros contra a presença holandesa nas capitanias do norte açucareiro, e que galgou importantes cargos governamentais na administração colonial lusitana na América e África. Após a restauração do domínio lusitano na região, André Vidal foi agraciado com o governo do Maranhão, onde permaneceu por um período relativamente breve, entre 1655 e 1656. Lá, encontrou um acirrado clima de disputa entre os colonos e os jesuítas, pelo controle da população indígena, especialmente agravado pela presença do célebre Padre Antônio Vieira, que dirigia os inacianos naquele empreendimento. Munido de um regimento em larga medida favorável aos jesuítas, Vidal desenvolveu uma política que recebeu elogios do Padre Vieira em carta para o Rei, chegando a considerá-lo um homem de maiores talentos, que estariam sendo desperdiçados no Maranhão. À medida na qual a tensão entre esses agentes recrudescia, Vidal passou a se defrontar com novas injunções da disputa local, mas não chegou a enfrentar um conflito mais explosivo, porque encerrou seu governo depois de pouco mais de um ano, para assumir a governança de Pernambuco. É possível perceber, ao longo desse governo, um momento de inflexão dos conflitos, que se aprofundaram nos anos posteriores, culminando com a expulsão dos jesuítas daquele território.

---

\* Universidade Federal da Paraíba, Doutor em História Social USP. angelopessoa@ibest.com.br

## Maranhão: as terras e as guerras.

*Tem V.M. mui poucos nos seus reinos que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama: é tanto para tudo o demais como para soldado: muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V.M. e observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende mui bem de todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro grande da corte de V.M. (...) pelo que toca ao serviço de V.M. (de que nem ainda cá me posso esquecer) digo a V.M. que está André Vidal perdido no Maranhão, e que não estivera a Índia perdida se V.M. lha entregara.*

Carta do Padre Antônio Vieira ao Rei D. João IV, Pará, 6 de Dezembro de 1655 (VIEIRA, 2003: 455-456)

A colonização lusitana das terras que se estendem do Maranhão ao Grão-Pará foi marcada por dificuldades extremas e duros embates militares, dada a vastidão e complexidade da região e a escassez de recursos por parte dos portugueses. A realização de incursões por parte de franceses, holandeses e ingleses, além da miríade de povos indígenas que habitavam toda essa vastíssima área, fez com que sua incorporação ao império lusitano se desse de forma muito lenta e se tornasse dependente das mais difíceis teias de alianças e rivalidades que envolviam os mais diversos agentes<sup>1</sup>. Luís Filipe de Alencastro, com felicidade, compara a territorialidade da colonização portuguesa nos dois primeiros séculos a uma série de arquipélagos, espalhados de forma descontínua em vários continentes, ligados de forma frágil pela via marítima. Mesmo num território contínuo, como o que compõe o atual Brasil, as “ilhas” de colonização lusitana se estabeleciam em partes afastadas do território, com escassas ligações

---

<sup>1</sup> As dificuldades envolvidas na conquista da costa leste-oeste das terras brasileiras e da Amazônia não deixou de ser destacada por diversos historiadores. Uma visão geral pode ser obtida em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Conquista da costa leste-oeste*. e REIS, Arthur César Ferreira. *A ocupação portuguesa do vale amazônico*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*.

interiores ou mesmo sem elas, dependendo em larga medida das embarcações que ligavam os diversos portos entre si e à metrópole. (ALENCASTRO: 2000).

Desde meados do século XVI, com a criação das Capitânicas Hereditárias, a Coroa portuguesa pretendeu estimular a ocupação efetiva da região, atribuindo a João de Barros e Aires da Cunha a doação dessas áreas, parcamente conhecidas. Entre outros problemas, a extrema dificuldade para a navegação, constituiu-se numa barreira de proporção considerável. Pela crônica dos trágicos naufrágios acontecidos nesse litoral, sabemos que o difícil regime dos ventos e os perigosos acidentes geográficos, criavam dificuldades adicionais. As comunicações marítimas com Pernambuco e a Bahia eram precaríssimas, o que tornava as coisas ainda árduas. Pelo interior, o vasto sertão da atual região nordestina só foi palmilhado ao longo do século XVII e os caminhos terrestres só se tornaram mais efetivos no século XVIII. Em direção à vasta Amazônia perduravam dificuldades ainda maiores, que ultrapassaram o período colonial e avançaram até o século XX.

Assim, muitas tentativas de ocupação e colonização do Maranhão tiveram seus esforços baldados e a primeira ocupação mais sistemática só se deu através de uma expedição francesa, que se instalou numa Ilha, onde fundou a cidade de São Luiz, no ano de 1612. A tentativa de instalação de uma França Equinocial, alternativa à frustrada França Antártica (tentada em meados dos quinhentos), se prolongou por cerca de três anos, envolvendo a oposição portuguesa e as difíceis relações com os indígenas locais. As crônicas de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux deixaram marcantes descrições dos impasses existentes entre europeus e indígenas e sua releitura recente, além da de outras fontes, permite entrever a complexa história indígena, que começa a devassar o sentido das ações desenvolvidas pelos povos indígenas, a partir de suas próprias razões e não apenas como reflexo da ação dos colonizadores europeus<sup>2</sup>.

Com a expulsão dos franceses, em 1615, tratou a Coroa portuguesa – então unida à coroa espanhola – de organizar efetivamente uma administração para o Maranhão, envidando esforços para integrar a região ao seu Império colonial. Estabelecida uma administração, estimulados colonos a realizarem investimentos e

---

<sup>2</sup> O recente livro de DAHER, Andréa. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*, mostra essas complexas relações entre europeus e indígenas no Maranhão e como eram necessários constantes ajustes desses primeiros para entender as motivações e ações aparentemente desconcertantes dos segundos.

enviados missionários para cuidar das almas dos moradores e da catequese dos indígenas, não tardaram a se manifestar problemas advindos das dificuldades a serem enfrentadas e das expectativas e soluções pretendidas por cada uma das partes envolvidas.

Após à expulsão dos franceses, as expectativas eram favoráveis, abria-se a possibilidade da conquista de uma vasta e promissora área aos empreendimentos dos portugueses. Isso esperava Brandônio, já em 1618, quando noticiava a recente expulsão dos franceses e augurava o que a nova terra poderia propiciar:

*pelo rio acima, que é grandíssimo, na terra firme, se têm descoberto muitas terras fertilíssimas para poderem ser povoadas, com se fazerem muitos engenhos de fazer açúcares e lavrar mantimentos em grande quantidade, e nelas se acham tantas madeiras, tão boas e de tanta grandeza, que causam espanto; pelo que me não fica dúvida de se poder fazer para o diante, naquela nova povoação, um comércio de muita importância. (BRANDÃO, 1997: 20-21).*

Grande parte dessas esperanças não tardou a se desvanecer, frente à rigorosa realidade com a qual se defrontaram os colonos. Em 1621, dadas as imensas dificuldades de articular a administração maranhense ao Governo-geral da Bahia, a Coroa definiu a criação do Estado do Maranhão, que recebeu distintas configurações posteriormente, mas que se afirmou como área singular das experiências lusitanas na América. Essa situação marcada pela precariedade das posições portuguesas e pelas dissensões entre os distintos grupos envolvidos no processo, criaram condições explosivas, que tiveram nas distintas formas de relação com os indígenas – entendidos como mão-de-obra ou almas a catequizar – o foco dos principais atritos.

Mal passadas duas décadas, o frágil Estado do Maranhão foi alvo de uma investida holandesa, sendo conquistado em novembro de 1641, a mando de Maurício de Nassau e ao arrepio da trégua que se tinha estabelecido pouco antes, resultante da restauração de um monarca português à Coroa daquele reino, através da elevação do Duque de Bragança, D. João IV, ao trono. No ano seguinte, à força das armas, os

portugueses conseguiram reconquistar o controle do Maranhão, não sem à custa de agravar ainda mais a situação que já se configurava difícil.

### **O novo governador.**

Restabelecido o domínio português, tratava-se de reorganizar o Estado e foi nomeado o Governador Pedro de Albuquerque, com a ingente tarefa de consolidar as posições lusas entre São Luiz e Belém, entrada do grande Rio Amazonas e boca de toda essa vasta região, bem como garantir a administração do Estado. Tarefa árdua e que se mostrou bastante débil até o século seguinte. Em razão dessas tentativas, diferentes alternativas foram tentadas, mas a instabilidade da conquista era patente. Para tentar consolidar a posição, a Coroa precisou nomear um homem de prestígio, que poderia viabilizar esses objetivos. Encontrou esse André Vidal de Negreiros, um dos mais destacados chefes da luta contra a ocupação holandesa, homem nascido na colônia e respeitado pelos seus contemporâneos. Vidal recebeu a honra de governar o Maranhão logo após a expulsão dos holandeses, mas só iria governar efetivamente a Capitania em 1655. Nessa última ocasião, após uma breve sujeição formal à Bahia, a autonomia do Estado do Maranhão foi restabelecida, atestando a necessidade de montagem de uma estrutura administrativa reforçada, além do prestígio pessoal de Vidal.

Segundo o elogio de seu biógrafo Luiz Pinto: “*choviam certamente os candidatos para governar o Maranhão libertado. Mas, para guardá-lo e nele assentar as bases de uma batalha duradoura e definitiva só havia um homem: André Vidal de Negreiros*” (PINTO, 1960: 82). Seja como for, Vidal continuou envolvido com as lides militares entre Pernambuco e a Bahia, só seguindo para o Maranhão após à definitiva reintegração de Pernambuco ao domínio lusitano.

Esse homem, cercado de prestígio, não tivera foros de nobreza em seu berço, nascera na Paraíba, em data ignorada, no início do século XVII; as fontes secundárias discordam quanto a datas possíveis que vão de 1602 a 1620<sup>3</sup>. Sua filiação também não é

---

<sup>3</sup> Não há indicações precisas sobre seu nascimento, mas todos os testemunhos indicam que Vidal era nascido na Paraíba. Luiz Pinto indica que à época da ocupação holandesa da Bahia, em 1624, sua idade era de 18 anos, o que coloca o seu nascimento em 1606; também se refere ao fato de ser filho de um senhor de engenho. PINTO, op. Cit. pg. 28.

das mais conhecidas, se para alguns se atribui ao seu pai a condição de dono de engenho, de pequeno lavrador de canas ou um bombardeiro, para uma sarcástica fonte holandesa da época seu pai era um modesto carpinteiro:

*André Vidal de Negreiros apareceu em Recife, sob o pretexto transparentemente frágil de dizer adeus ao velho pai, 'que era um pobre carpinteiro da Paraíba, a quem estava ele tão ansioso de rever quanto eu estaria de ver o rei do Congo'. (BOXER, 1961: 228)*

O certo, porém, é que Vidal tornou-se um militar de renome, homem de fortuna e desempenhou importantes cargos nos governos das colônias. Consideradas as peculiaridades do mundo luso-brasileiro do século XVII, no qual o nascimento era marca distintiva para elevar ou rebaixar um homem, Vidal conseguiu transcender os eventuais limites impostos pela sua possível condição de nascimento e alçou-se a uma condição superior. Nos séculos que se seguiram à sua morte, foi elevado à condição de um dos heróis do nativismo brasileiro, com direito a estátuas, nome de praças e avenidas, imagem em selos postais, entre outras.

Ao assumir o governo do Maranhão, onde chegou em 1655 e permaneceu até o ano seguinte, Vidal se defrontou com a já indicada precária presença portuguesa, após a expulsão dos franceses em 1615 e uma breve ocupação holandesa entre 1641 e 1642; consideradas essas datas, de 1612 até 1655, eram apenas 43 anos sacudidos por guerras e marcados pela instalação de frágeis e instáveis estruturas administrativas portuguesas na região. Essa situação ganhava contornos mais complexos, com a dificuldade de viabilizar uma produção de riquezas que contemplasse as expectativas manifestadas por Brandônio poucas décadas antes. Os apertos econômicos tinham seu ponto nodal no problema do abastecimento de mão-de-obra para mover as atividades agrícolas, uma vez que o Maranhão não contava com um acesso significativo ao tráfico africano de escravos e dependia do braço indígena, questão sempre volátil nas condições então estabelecidas.

## O delicado equilíbrio.

Essa situação se apresentava a partir de um crescente conflito entre colonos e a Companhia de Jesus pela catequese e controle da mão-de-obra indígena. Vidal estava munido de um Regimento e impôs limites aos colonos, o que lhe valeu o reconhecimento do Padre Vieira, que estava envolvido com atividades missionárias na região. Assim, determinava o item 3 do Regimento:

*favorecereis muito aos Religiosos e Pregadores, e a todas as outras pessoas Eclesiásticas que nele hão de tratar da conversão dos Infiéis, procurando que sejam muito respeitados dos Portugueses, e de toda a outra gente... (MENDONÇA, 1972: 200)*

Esse problema, estabelecido em várias capitanias desde os primeiros ensaios de colonização portuguesa, partiam de distintos projetos de colonização dessas terras. De maneira geral se opunham dois princípios, definidos por Luiz Koshiba como honra e cobiça (KOSHIBA, 1988). Nessa formulação, a colonização tinha como fulcro a dilatação da fé ou a expansão dos negócios, o que já fora percebido por Boxer, em *O Ouro da Guiné e o Preste João*, capítulo de seu célebre *O Império Colonial Português* (BOXER, 1981). Certamente, esses princípios não se opunham de maneira absoluta, marcando-se mais pelas contradições e ambiguidades dos homens dos seiscentos. Negócios e fé não andavam efetivamente apartados e à lógica fria do cálculo muitas vezes se impunham os temores quanto à salvação da alma.

A presença do clero secular e de ordens religiosas atuando no espaço colonial, em particular no maranhense, significava a possibilidade de garantir esse cuidado com os trabalhos da salvação, que deveriam se estabelecer entre os colonos e os indígenas. Nas cidades, como São Luiz e Belém, as pregações, procissões, cerimônias, oferta de sacramentos, práticas devocionais, eram um cuidado especial do clero, preocupado com os desvios dos moradores, vivendo muitas vezes em estado condenável perante os ditames do catolicismo. Nos vastos sertões, missões tinham o objetivo de ampliar o grêmio da Igreja e trazer novas almas ao seio do cristianismo. Nesse aspecto se

ressaltava, em especial, a Companhia de Jesus, que desenvolvia intenso trabalho de catequese entre o seu rebanho. Essa atuação, no mais das vezes, bastante fervorosa, ganhava a rivalidade de outras ordens católicas – irmãs e ao mesmo tempo rivais – que se sentiam constrangidas pela agilidade dos inacianos, bem como dos moradores, não raro advertidos veementemente quanto à sua vida dissoluta ou ao pecado de escravizar índios sem obedecerem aos princípios da justiça do cativo, estabelecidos em lei. Diogo Ramada Curto chama nossa atenção para esse importante aspecto da atuação jesuíta para além das missões, que se dava no espaço das cidades, em torno dos colégios da Companhia:

*tratava-se de converter os próprios portugueses, que Vieira descreve, na sua chegada ao Maranhão, apartados da Igreja, vivendo licenciosamente e sem doutrina. As medidas propostas e praticadas consistiam: na organização de colégios para os meninos; na celebração de missas acompanhadas dos respectivos sermões; no uso das imagens, muito especialmente dos Passos da Paixão de Cristo; na distribuição de livros espirituais e de doutrina cristã. Acrescentavam-se, ainda, as procissões todos os domingos à tarde, que culminavam em sessões de doutrina no colégio. (CURTO, 2009: 184).*

O foco dos maiores atritos se dava justamente entre os moradores e os padres jesuítas, que preconizavam de forma mais enfática que outras ordens uma vida reta e exemplar, isenta de pecado, além de terem uma atuação mais agressiva no que tangia à questão da catequese e da utilização da mão-de-obra indígena, essa ainda mais nevrálgica naquela região. Se os franciscanos e outras ordens encontravam resistências acirradas, no caso dos jesuítas a questão ganhava contornos mais ferozes. Já na chegada dos primeiros jesuítas ao Maranhão, chefiados pelo Padre Luís Figueira, na esteira da criação do Estado do Maranhão, evidenciou-se o problema. No relatório de uma missão que efetuara em 1636, o Padre Figueira descreve a forte oposição encontrada em Belém do Pará para a instalação de um colégio da Companhia. A principal oposição partiu de homens proeminentes da cidade, liderados pelo procurador do conselho. Segundo o

jesuíta isso se devia à denúncia dos “*muitos cativeiros injustos, contra a forma de leis de Sua Majestade, mandando-os vender para fora da terra e das conquistas*” (CURTO, 2009: 182). Esse contencioso acabou se tornando mais acerbo com a chegada, em 1653, do famoso Padre Antônio Vieira, que deixava seu papel proeminente na corte lusitana para se embrenhar nas missões do Maranhão.

Vieira, com sua fama e autoridade de grande pregador, pretendia ampliar os trabalhos antecedentes do já falecido Padre Figueira e envidou toda a sua energia e prestígio nessa faina. Dedicou-se com afinco às suas lides e ganhou rapidamente a cerrada oposição, quando não o ódio aceso de diversos homens de prol da sociedade local, que se sentiam prejudicados pela ação dos jesuítas. Em suas cartas e sermões, idas e vindas ao reino, Vieira obrava infatigavelmente para o triunfo da missão maranhense e procurou receber o beneplácito das autoridades da coroa para os seus intentos. Tentou por vários modos e vias obter a publicação de legislação mais rígida, que regulamentasse a situação indígena e que determinasse com mais clareza os detalhes da justiça dos cativeiros larga e indiscriminadamente praticados.

Quando chegou ao Maranhão, Vidal encontrou essa situação a jusante e teve de se debater com as complexas tramas de interesses estabelecidos. Usando de seu prestígio e do Regimento que portava, favoreceu, de início, as aspirações dos jesuítas, tomando medidas duras para coibir os cativeiros ilegais e ganhando os termos elogiosos de Vieira, que mencionamos acima. João Lúcio de Azevedo, em sua biografia de Vieira, mostrou em detalhes esses embates então verificados e a ação de Vidal, que procurava equilibrar sua posição em relação ao regimento e aos jesuítas, sem chegar a ponto de uma ruptura com os moradores.

Sem dar asas ilimitadas às pretensões de Vieira, Vidal não permaneceu na região tempo suficiente para se envolver de forma mais aguda nos conflitos maranhenses, fazendo decair o otimismo inicialmente manifestado pelo jesuíta, ou, como disse João Lúcio:

*Em setembro [de 1656] retirava-se André Vidal para o governo de Pernambuco, que era a sua ambição. Apartamento mui diferente do entusiasmo cálido dos primeiros dias. Ele, à chegada era capacíssimo para salvar a Índia, segundo os*

*méritos que lhe descobriu o jesuíta; afinal tinha-o achado inepto administrador. Por culpa sua não houvera resgates copiosos com que os moradores se contentassem; três expedições que ordenara, contra o voto de Vieira, tinham falhado. Não fora o interesse do serviço régio, mas a cobiça que as determinara. (AZEVEDO, 2008: 353).*

Promovido ao governo de Pernambuco, Vidal evitou maior desgaste com as partes envolvidas e seguiu para uma carreira ainda mais notória, governando essa Capitania em duas ocasiões, entre 1657 e 1661 e novamente em 1667, além de Angola, entre 1661 e 1666. Não sabemos se estava realmente perdido no Maranhão, como preconizou Vieira, mas conseguiu efetivamente descortinar objetivos mais amplos de governança, projetando-se em fama e riqueza até o seu falecimento. Os problemas que encontrou a montante e deixou a jusante de seu governo, se agudizaram nos anos seguintes e o contencioso que existia entre os moradores e os jesuítas evoluiu no sentido de um enfrentamento mais explosivo.

### **A ida para Pernambuco e os conflitos a jusante.**

Nos anos seguintes à saída de André Vidal do governo do Maranhão, as disputas entre as partes recrudesceram e as esperanças de Antônio Vieira começaram a se desvanecer. Sem contar com o apoio de um pulso mais firme da coroa e de seus prepostos, os jesuítas se viram progressivamente constrangidos a engolir desaforos por parte de membros dos diversos grupos da elite local. As cartas de Vieira não deixam de retratar essa lastimável situação, que levava ao fracasso sistemático das ousadas iniciativas de missões nos distantes sertões de Ibiapaba ou nas profundas matas da Amazônia.

Pouco a pouco, homens façanhudos, que destratavam os inacianos e desobedeciam flagrantemente os preceitos legais que regulamentavam a justeza do cativo indígena, assumiam posições cada vez mais ofensivas. Também o próprio comportamento de diversos aliados indígenas chegava a ser desconcertante, como o fora para os missionários desde os primeiros ensaios de catequese e aldeamentos do século

XVI. Não poucas vezes os missionários encaravam, atônitos, as mudanças de posição dos índios, sem compreender efetivamente as formas de entendimento que os indígenas estabeleciam em relação às situações com as quais se defrontavam. Restava muitas vezes atribuir à “inconstância da alma selvagem” a explicação para as mudanças aparentemente inexplicáveis.

Alianças que pareciam firmes e duradouras e missões de catequese solidamente estabelecidas se desfaziam de uma hora para outra e povos inteiros voltavam à gentilidade ou se aliavam aos moradores que os perseguiram as vésperas. Essa dinâmica de incompreensões mútuas, tecia um quadro bem mais complexo que a ânsia de conversão e salvação dos jesuítas não conseguia abranger. Enfim, a história indígena, que começou a se desenvolver em épocas mais recentes, começou a avançar no devassamento das questões que estariam ligadas ao modo de proceder dos índios, a partir de seus próprios termos e segundo sua própria forma de ser e estar no mundo colonial que os cercava.

Desgastados pelos anos de enfrentamento com os moradores e perdendo o apoio mais decidido da coroa, os jesuítas, inclusive Vieira, acabaram aprisionados e expulsos em 1661 por colonos descontentes. Embarcados á força, foram remetidos ao reino, com grandes queixas apresentadas pelos moradores contra sua ação, considerada danosa à manutenção do estado e aos interesses da Coroa. Sem contar mais com a benevolência do finado rei D. João IV (amigo pessoal de Vieira) e sem ter um governador prestigiado como Vidal, munido de um regimento que favorecia a atuação dos missionários, os jesuítas se viram afastados de seu principal empreendimento em terras brasileiras à época, não conseguindo retomar a antiga proeminência em terras maranhenses. Talvez, mais que Vidal – a quem certo ministro acusava a falta da arte do verso e que se limitou a correr atrás de suas verdadeiras ambições pedestres de militar e senhor de terras e escravos –, Vieira e seus companheiros jesuítas – muitos deles mestres nas artes da retórica e da oratória e senhores de refinada cultura intelectual – é que estavam realmente perdidos no Maranhão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luís Filipe. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. 2 tomos. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Nacional, 1961.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 3ª edição integral segundo o apógrafo de Leiden. Recife: Fundaj/ Massangana, 1997.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- DAHER, Andréa. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. A Época Colonial. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989.
- KOSHIBA, Luiz. A Honra e a Cobiça. Tese de Doutorado: USP, 1988.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. T. II. Rio de Janeiro: IHGB; Brasília: Cons. Federal de Cultura, 1972.
- PINTO, Luiz. *Vidal de Negreiros: afirmação e grandeza de uma raça*. São Paulo: Alba, 1960.
- VIEIRA, Pe. Antônio (1608-1697). *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2003